

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano I | 11 de Outubro de 2017 | Nº 9

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Funcionários do BB com 10 anos ou mais de função podem incorporar comissão

Baseado na Súmula 372 do TST, direito está sendo garantido por uma liminar concedida em uma ACP

A atual reestruturação do Banco do Brasil tem prejudicado muitos funcionários. Com o fechamento de agências, mais de 2 mil bancários foram descomissionados e não conseguiram realocação em sua função. Diante dos descomissionamentos em massa, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** acionou a Justiça, individualmente e coletivamente.

Em ações individuais, já obteve 16 liminares preservando a remuneração dos descomissionados. Na ação coletiva, pleiteou que o BB incorpore a comissão ao salário dos funcionários que já a vinham recebendo há dez anos ou mais – o pleito tem como base a Súmula nº 372 do Tribunal Superior do Trabalho (*leia a súmula ao lado*).

O juízo de primeira instância ainda não julgou o mérito da ação coletiva, apenas ne-

gou a liminar solicitada pelo **Sindicato**. A primeira audiência do processo acontece no dia 6 de novembro.

Outras ações

Além do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, diversas outras entidades sindicais buscaram a Justiça, também pleiteando a incorporação da comissão para os funcionários que a receberam por dez ou mais anos.

Uma ação civil pública (ACP) ajuizada pela Contraf em Brasília obteve, em 28 de setembro, uma liminar determinando a manutenção da comissão recebida por dez anos ou mais pelos funcionários atingidos pela reestruturação. O BB tentou derrubar essa liminar no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, mas não conseguiu. Ainda cabe recurso ao TST. O desembargador José Leone Cordeiro

Leite, do TRT-10, lembrou que a liminar visa “resguardar o direito dos empregados (...) em perceber a gratificação recebida por mais de dez anos, o que encontra amparo na Súmula 372 do TST”.

No mandado de segurança impetrado contra a decisão do juiz de primeira instância, o BB teve acolhido seu pleito em relação a três pontos: 1) a remuneração a ser integrada ao salário deve levar em conta o valor médio das gratificações recebidas nos últimos 10 anos; 2) um prazo de 60 dias para voltar a cumprir o pagamento das comissões; e 3) permissão para comprovar justo motivo para o não pagamento da gratificação.

Para o **Sindicato**, toda essa reestruturação que acontece hoje no BB é fruto da intenção do governo Temer de aprofundar o processo de privatização do banco.



Em reunião no dia 6, diretores e advogados do Sindicato decidiram notificar o banco para cumprir decisão do TRT de Brasília

SÚMULA Nº 372 DO TST GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. SUPRESSÃO OU REDUÇÃO. LIMITES

I - Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.

II - Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação.

BB extingue GDP e Radar

Em reuniões com superintendentes e gerentes gerais, a Diretoria de Distribuição Sudeste (DISUD) está comunicando que o Banco do Brasil vai acabar com a Gestão de Desempenho por Competências (GDP) e com o Radar do Gestor – a GDP e o Radar são ferramentas de avaliação de desempenho dos funcionários. Nessas reuniões, a DISUD foi além e já afirmou:

“quem não se adequar, pede para sair”.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região/CSP-Conlutas** repudia a atitude da DISUD, que quer mudar a regra de descomissionamentos com um Acordo Coletivo Aditivo em vigor. A cláusula 45 prevê que são necessários três ciclos avaliatórios insatisfatórios para poder ocorrer o descomissionamento.

Para o **Sindicato**, a GDP e o Radar são ferramentas incompletas de acompanhamento do desempenho dos funcionários, pois limitam-se a avaliar o cumprimento de metas sem levar em conta as características das agências. “Os bancários do BB ficaram à mercê da simpatia dos regionais e estaduais”, afirma Paulo Tonon, diretor da entidade e funcionário do banco.

A REESTRUTURAÇÃO DO BB

Divulgada para o mercado em 20 de novembro do ano passado, a “reorganização institucional” do BB tinha como objetivo reduzir o número de unidades e o número de funcionários do banco. O plano previa o fechamento de 402 agências, a transformação de 379 delas em postos de atendimento, a eliminação de três diretorias e 31 superintendências regionais, além de um incentivo à aposentadoria para cerca de 18 mil funcionários. No fim, 9.409 funcionários aderiram ao Plano Especial de Aposentadoria Incentivada (PEAI), que se encerrou apenas 20 dias depois de ser anunciado.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o enxugamento do BB, com essa brutal redução do número de funcionários, é mais um passo que o governo Temer dá para pôr o banco à venda. Precisamos resistir!

Ambiente de trabalho dos avaliadores de penhor da Caixa é insalubre, sim!

Em julho do ano passado a Caixa Econômica Federal decidiu acabar com o pagamento do adicional de insalubridade para os avaliadores de penhor, alegando que laudos técnicos feitos por empresas contratadas pelo banco haviam atestado que os locais de trabalho não são mais insalubres.

Em verdade, o pagamento do adicional nunca foi interrompido, mas somente por causa da mobilização de empregados e sindicatos. Ou seja: o adicional só está sendo pago por meio da pressão nas negociações, e não por

vontade do banco.

Acontece que acaba de ser concluída uma pesquisa – realizada por sindicatos de todo o país com assessoria do Instituto Síntese – apontando, entre outros pontos, transtornos por exposição aos produtos químicos e por tempo de trabalho dos avaliadores.

A pesquisa foi feita a partir de questionários respondidos por empregados da Caixa em todo o país, além de documentos e fotos.

O relatório alerta que a rotina diária (operando caixa, atendendo clientes e reali-

zando outras tarefas) limita ou impede o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos avaliadores, e que os EPIs, por sua vez, são ineficazes contra substâncias ácidas. Também há relatos sobre os equipamentos coletivos e outras evidências que demonstram a persistência de ambientes nocivos e insalubres.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, os avaliadores de penhor da Caixa trabalham em ambiente insalubre e, portanto, devem continuar recebendo o adicional de insalubridade, sim!

Luta pela manutenção da agência Getúlio da CEF continua

O superintendente regional da Caixa Econômica Federal disse, durante uma reunião no último dia 6, que a agência Getúlio Vargas não será mais fechada. Pelo menos por enquanto.

A ideia era fechá-la na semana passada, no dia 6, mas agora a agência ficará em funcionamento até o mês de dezembro, para uma nova avaliação.



Protesto realizado no mês passado contra o fechamento da agência

Em 14 de setembro, no Dia de Luta em Defesa dos Bancos Públicos, a diretoria do **Sindicato dos Bancários**

de Bauru e Região fez um protesto em frente à agência contra o encerramento de suas atividades. A unidade tem pouco mais de um ano de funcionamento e fechá-la agora não faz sentido.

É um absurdo que, diante do maior lucro da história da Caixa, o governo Temer insista no desmonte do banco, para posteriormente privatizá-lo.

Santander demite dirigente sindical em Campos (RJ)

No dia 5 de outubro, o Santander demitiu Danieli Siqueira, que é a secretária de Comunicação, Divulgação e Imprensa do Sindicato dos Bancários de Campos dos Goytacazes (RJ).

A trabalhadora, que está em seu primeiro mandato de dirigente sindical, integrando a diretoria executiva eleita em 18 de abril deste ano e

empossada no dia 27 de julho, foi demitida às vésperas de completar nove anos de carreira no banco.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região/CSP-Consultas** repudia essa demissão arbitrária e ilegal, e se solidariza com Danieli.

Em Bauru, o Santander também já cometeu abusos com dirigentes sindicais, co-

mo quando transferiu arbitrariamente a diretora Maria Bueno para a cidade de Gália.

As diretoras Priscila e Michele também sofrem perseguição como dirigentes sindicais – mas por parte do Banco Votorantim e da BV Financeira. Há ações judiciais para os três casos.

Chega de perseguição a trabalhadoras de luta!

Balancete do Sindicato Julho de 2017

| | |
|--|-------------------|
| RECEITAS | |
| Mensalidade Sindical | 89.460,32 |
| Depto. Jurídico | 58.380,63 |
| Aluguel Quadra | 1.672,00 |
| I Sindical | 141,45 |
| TOTAL | 149.654,40 |
| DESPESAS GERAIS | |
| Folha de Pagamento + Vale-Refeição + Férias | 35.742,76 |
| INSS/jun | 5.521,81 |
| FGTS/jun | 2.242,97 |
| PIS/Folha Pagamento(jun) | 280,36 |
| IRRF/Trabalho Assalariado a recolher | 168,09 |
| Ajuda de custo Diretora da CEF/Marcos Assis | 1.809,00 |
| Ajuda de Custo Diretora da BV/Michele Montilha | 4.024,00 |
| Água e Esgoto (DAE) | 64,16 |
| Água Mineral | 170,00 |
| CPFL | 486,55 |
| Combustíveis | 2.152,62 |
| Conservação/Manutenção/Alug. Equipamentos | 306,49 |
| Conservação/Manutenção Veículos | 489,50 |
| Despesas Postais/Correio | 1.549,78 |
| Viagens/Fretamentos | 606,61 |
| Materiais p/ Escritório | 137,70 |
| Refeições (Padaria/Mercado) | 314,70 |
| Telefone | 3.364,83 |
| Vale Transporte | 336,64 |
| Assessoria Fiscal/Contábil +Entrega Declaração IR/PJ | 3.452,00 |
| Materiais de Limpeza | 183,60 |
| Seguros Veículos/Sede | 1.459,59 |
| Despesas Bancárias/Impostos/Taxas | 377,38 |
| Unimed | 2.739,47 |
| Conservação/Manutenção Hardware/Software | 569,50 |
| Estacionamento C&S/Outros | 404,25 |
| Prest. de serviço alarme/monitoramento | 92,35 |
| ISS/jun | 47,47 |
| SubSede Avaré | 1.269,62 |
| SubSede Santa Cruz do Rio Pardo | 1.110,47 |
| SubSede Lençóis Paulista | 642,10 |
| Prestação de serviço/Médicos (jun) | 3.624,40 |
| Conservação/Manutenção Sede | 805,45 |
| Aulas de Voleibol(jun/jul) | 840,00 |
| Globo Sports/Materiais Esportivos | 153,00 |
| Mensalidade AABB(abr) | 3.120,00 |
| Artigos p/ cozinha | 118,00 |
| SUBTOTAL | 80.777,22 |
| DEPARTAMENTO JURÍDICO | |
| Honorários Advocatícios (jun) | 19.844,23 |
| Prestação Serviço Advocacia/LBS Advogados(mai/jun) | 35.411,15 |
| Perito Judicial | 750,00 |
| AASP | 56,20 |
| Custas Processuais | 59,00 |
| Xerox | 12,60 |
| SUBTOTAL | 56.133,18 |
| DEPARTAMENTO DE IMPRENSA | |
| Impressões Jornal da Entidade | 2.697,00 |
| Assinaturas Jornais e Revistas | 195,00 |
| Charges p/ o Jornal da Entidade(jun) | 120,00 |
| SUBTOTAL | 3.012,00 |
| TOTAL GERAL DAS DESPESAS | 139.922,40 |
| SALDOS EM 31/07/2017 | |
| Caixa (ativo disponível) | 2.305,55 |
| Bancos (ativo disponível) | 89.534,29 |
| Bancos (ativo realizável) | 49.452,58 |
| TOTAL | 141.292,42 |
| SALDOS EM 30/06/2017 | 131.560,42 |

Assembleia suspende mandato do diretor Alfredo Monchelato Jr.

Comissão de Ética sugeriu cassação do mandato, mas bancários presentes votaram pela suspensão

No último dia 2 aconteceu a terceira e derradeira assembleia da Comissão de Ética que foi eleita em 6 de junho para apurar a responsabilidade de três diretores do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** nos atos que levaram a BV Financeira a suspender o contrato de trabalho de Michele Montilha, também diretora do **Sindicato** – Michele está sem receber seu salário da financeira desde dezembro.

Essa terceira assembleia foi convocada para julgar o diretor Alfredo Monchelato Junior, uma vez que os outros dois diretores investigados, Paulo Martins e Ronaldo Parella, já foram julgados em assembleias realizadas em 26 de julho e em 21 de setembro, respectivamente.



A assembleia transcorreu de acordo com o artigo 141 do Estatuto do **Sindicato**: iniciou-se com a Comissão de Ética lendo o seu relatório e passando, em seguida, a palavra para a acusação, para a defesa e, por fim, para os bancários presentes que quisessem se manifestar.

Não houve polêmica quan-

to ao relatório apresentado pela Comissão, já que até o diretor investigado declarou-se culpado, afinal, sua assinatura no pedido de registro de ata em cartório foi fundamental para causar o afastamento da diretora Michele.

A discussão, então, ficou em torno da penalidade a ser aplicada a Alfredo: a Co-



missão de Ética defendeu a cassação do diretor; e o próprio investigado sugeriu uma pena de 30 dias de suspensão do mandato. Não houve nenhuma outra proposta entre os mais de 50 bancários presentes.

As duas propostas foram colocadas em votação e a maioria dos presentes optou

apenas pela suspensão do diretor, que já começou a cumprir a pena, após notificação formal.

O **Sindicato** agradece o trabalho da Comissão de Ética e a participação dos bancários nesse difícil processo. A entidade espera que episódios como esse não voltem a acontecer.

Proposta de PPR do Banco Pan é aprovada

Em assembleia realizada dia 3 na sede do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, empregados do Banco Pan aprovaram a proposta do Programa Próprio de Remuneração (PPR) da empresa para 2017 e 2018. A principal mudança em relação ao programa do ano passado foi o aumento do piso, que agora é de R\$ 3,3 mil.

Mesmo antes da aprovação da proposta, o banco pagou, em 29 de setembro, os valores referentes à antecipação do PPR (corres-

pondente a 50% do salário nominal do trabalhador, limitada ao valor de R\$ 6 mil); à primeira parcela da PLR (que foi menor diante da queda no lucro da instituição, que foi de R\$ 46 milhões no primeiro semestre do ano); e ao adicional de R\$ 495,95.

A segunda parcela será paga em fevereiro, junto com o complementar de R\$ 580,83 que passa a ser pago em dinheiro no lugar da 14ª cesta-alimentação, como queria a maior parte dos trabalhadores.

Cerca de 10 mil aderiram aos PDVs do Bradesco e da CEF

O Bradesco conseguiu 7,4 mil adesões ao seu Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), lançado em 13 de julho e aberto não só a bancários, mas também a outros empregados da Organização Bradesco. Foi o primeiro PDV da história da empresa, que não divulgou sua expectativa quanto ao número pretendido de adesões.

O banco afirmou que “a implementação do PDVE não afeta o elevado padrão de qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e usuá-

rios, em todas as localidades e atividades em que atua”. Então tá...

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** já cobrou da Regional do Bradesco a reposição das vagas.

CEF

Já a Caixa Econômica Federal, que atraiu 2.806 empregados para o PDV de janeiro, conseguiu a adesão de outros 2,5 mil trabalhadores no PDV mais recente, lançado no mês de julho. O número é bem menor do que aquele que a Cai-

xa esperava (em torno de 5,4 mil).

O **Sindicato** lembra que, além da CEF, o Banco do Brasil também está reduzindo drasticamente seu quadro de funcionários. Em novembro do ano passado, o BB lançou o “Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada” (PEAI), ao qual aderiram 9.409 trabalhadores.

Apesar da crise econômica, os bancos brasileiros conseguiram manter e até ampliar seus lucros. Não há motivo para cortar emprego!

Sindicatos pelegos fazem assembleias para aprovar novo 'imposto sindical'

Integrantes do Ministério Público do Trabalho já afirmaram que a iniciativa desses sindicatos é ilegal

Como bem sabem todos os trabalhadores brasileiros, o imposto sindical foi extinto pela nova lei trabalhista – a Lei nº 13.467, de 13 de julho deste ano.

Ocorre que, no último dia 2, uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* informou que “sindicatos das principais centrais sindicais do País estão aprovando em assembleias a manutenção da cobrança do imposto sindical ou a criação de novas contribuições antes mesmo de o governo Michel Temer editar medida provisória para regulamentar a matéria”.

Segundo a reportagem, “os sindicatos querem arrecadar o dinheiro de todos os trabalhadores e não apenas de seus sócios, tanto no caso da manutenção do imposto

quanto na das novas contribuições – chamadas de assistencial ou negocial”.

Já aprovaram as novas cobranças três sindicatos: o dos metalúrgicos de São Leopoldo (RS), filiado à CUT, o dos metalúrgicos de São Paulo, filiado à Força Sindical, e o dos têxteis de Guarulhos, filiado à CSB.

A contribuição decidida pelos metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, representa 1% do que o trabalhador ganha em um ano, ou seja, o equivalente a 3,5 dias de trabalho. É mais do que o antigo imposto sindical, que equivalia a um dia de salário!

Representantes do Ministério Público do Trabalho já disseram que essas novas cobranças são ilegais e vão acabar caindo na Justiça.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** acredita que é possível sobreviver sem o imposto sindical e seus derivados, tanto que há décadas devolve o dinheiro do imposto obrigatório cobrado em março e continua sobrevivendo somente através das contribuições de filiação e de eventuais ganhos judiciais.

Pesquisa recente mostrou que, em média, apenas 19% dos trabalhadores são filiados a sindicatos. Esse baixo índice é fruto da inexistência do trabalho de base (visitas semanais a locais de trabalho, jornal específico para a categoria, diretores sem salário extra da entidade etc.).

Os trabalhadores precisam reconhecer as entidades sérias, que não veem o sindicalismo como meio de vida.



O trabalhador brasileiro está cercado. Além de sindicalistas que tentam tomar dinheiro até de quem não quer se associar a sindicatos, ainda há os políticos, que aprovaram o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. O “fundão” será abastecido por 30% do valor total das emendas parlamentares de bancada previstas para 2018 e ainda por recursos equivalentes à compensação fiscal que era dada até agora às emissoras de rádio e TV pela veiculação da propaganda eleitoral. O fundo terá cerca de R\$ 2 bilhões para 2018. Além disso, os políticos terão à disposição o chamado fundo partidário, que já existe e terá, em 2018, cerca de R\$ 850 milhões. O resultado é um caixa de quase R\$ 3 bilhões para ser usado nas eleições.

CCJ aprova exoneração de servidor público por ‘insuficiência de desempenho’

No dia 4, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou as regras para a “avaliação periódica dos servidores públicos da União, Estados e Municípios” e a possível exoneração desses servidores “por insuficiência de desempenho”.

A avaliação periódica de desempenho dos servidores está prevista na Constituição (art. 41, § 1º, III) desde 1998, quando foi incluída na carta por meio da Emenda Constitucional nº 19.

O texto aprovado no dia 4 é um substitutivo apresentado por Lasier Martins (PSD-RS) ao Projeto de Lei do Senado nº 116/2017, de autoria de Maria do Carmo Alves (DEM-SE). A proposta é que o desempenho funcional dos servidores seja apurado anualmente por uma comissão avaliadora.

Produtividade e qualidade serão os fatores avaliativos fixos, associados a outros cinco fatores variáveis, escolhidos em função das principais atividades exercidas pelo servidor

no período. Estão listados, entre outros, “inovação, responsabilidade, capacidade de iniciativa, foco no usuário/cidadão”.

A ideia é que os fatores fixos contribuam com até metade da nota final apurada. Os fatores variáveis deverão corresponder, cada um, a até 10% da nota. A depender da nota final, dentro de faixa de zero a dez, o desempenho funcional será conceituado como: “S”, de superação (igual ou superior a 8 pontos); “A”, de atendimento (igual ou superior a 5

pontos e inferior a 8 pontos); “P”, de atendimento parcial (igual ou superior a 3 pontos e inferior a 5 pontos); e “N”, de não atendimento (inferior a 3 pontos).

O servidor correrá o risco de ser demitido quando obtiver conceito “N” nas duas últimas avaliações ou não alcançar o conceito “P” na média das cinco últimas avaliações. Ele poderá pedir reconsideração por duas vezes.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o que está por trás desse pro-

jeto é o desejo de reduzir o papel do Estado. É preciso ter clareza de que o problema não está no servidor público. O problema é de gestão dos órgãos públicos, que muitas vezes recai sobre as costas dos servidores.

A consequência da implementação desse projeto será o fim dos concursos públicos, a ampliação da terceirização e a privatização de tudo o que for possível.

O **Sindicato** está na luta, ao lado dos servidores, contra a aprovação desse projeto.